

Ata Numero Cinco de Dois Mil e Doze

Aos trinta dias do mês de Dezembro de Dois Mil e Doze, reuniu a Assembleia Municipal em sessão ordinária no auditório Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

- Ponto um – Período antes da ordem do dia; -----
- Ponto dois – Apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, situação financeira: -----
- Ponto três – Reorganização dos Serviços Municipais, em conformidade com o nº1, do art.º 25, da lei nº 49/2012, de 29 de Agosto operada nos termos do decreto - Lei nº 305/2009, de 23 de Outubro – proposta de aprovação; -----
- Ponto quatro – 4º Relatório Semestral de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro do Município – Apreciação do Documento conforme alínea c) do nº 4 do artigo 40º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas;---
- Ponto cinco – Contratos de aquisição de bens e serviços com encargos plurianuais. Conhecimento dos contratos de aquisição de bens e serviços com encargos plurianuais, autorizados pelo executivo no uso da competência delegada pela Assembleia Municipal, 29 de Junho de 2012; -----
- Ponto seis – Grandes opções do Plano e Orçamento para o ano de 2013 – propostas: -----
 - a) Grandes Opções do plano (PPI e PAM); -----
 - b) Orçamento 2013; -----
 - c) Empréstimo de curto prazo; -----
 - d) Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal;
 - e) Atualização da tabela de taxas e licenças, artigo 5º do regulamento de liquidação e cobrança de taxas Municipais; -----
 - f) Mapa de pessoal; -----
- Ponto sete – Período aberto ao público. -----

Presentes os membros Eduardo Cassiano Nogueira Pinto de Miranda, Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Carvalho Kendall, primeiro Secretário, Paulo Jorge Lacerda Cabral das Neves Lopes, segundo Secretário, Adalberto José Soeiro de Carvalho Sampaio, Júlio da Fonseca Esteves, António César Vicente Nunes, Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves, Carlos Manuel Pombo Soares Silva, André Filipe Miranda Monteiro, Manuel Pinto de Sousa (PS), Maximiano Pereira Correia, Eduardo Pereira Carvalho Sampaio, Altino de Sousa, Maria Teresa Freitas Alves Lúcio, Victor Manuel Vieira Oliveira, Jorge Emanuel Machado Alves Cardoso, José Monteiro da Fonseca, Manuel José Miranda Ferreira, José

Maria Cardoso Carreira, José da Fonseca Alves, Manuel Fernando Mesquita Correia (PPD/PSD). -----

Presenças dos membros da Câmara Municipal: Alberto Pereira Monteiro, Presidente da Câmara, Nuno Vasco de Almeida Machado (PS), António José Rodrigues Teixeira (PPD/PSD). -----

O presidente da Assembleia abriu a sessão às vinte e uma horas e vinte minutos, questionando os deputados em relação à ata anterior. Foram feitos alguns reparos prontamente aceites e corrigidos. O senhor deputado Júlio da Fonseca Esteves informou que iria votar contra a aprovação da ata caso não fosse alterada a palavra "agregação" para "extinção", no que se refere à discussão do ponto sete. A senhora deputada Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves reclamou o facto de não especificar na ata os nomes dos deputados que votaram o ponto sete, afirmando votar contra a aprovação da mesma caso estes não constassem. Mais afirmou que tal vinha sendo norma desde sempre e que assim havia ficado definido na última Assembleia. O presidente da Assembleia colocou à votação a ata anterior, a qual foi aprovada por maioria com cinco votos contra.-----

Aberto o período antes da ordem do dia o senhor deputado Eduardo Pereira Carvalho Sampaio interveio manifestando o seu desagrado com a venda da escola primária da freguesia de Oliveira reclamando que a mesma deveria ser entregue ao centro cultural. O senhor deputado Maximiano Pereira Correia questionou o facto da Assembleia se realizar num Domingo da quadra Natalícia. O deputado Carlos Manuel Pombo Soares Silva congratulou o executivo pelo sucesso das festas de Santo André e salientou de uma forma muito positiva o bom posicionamento no ranking Nacional das escolas por parte do agrupamento de escolas professor António da Natividade, Mesão Frio. O senhor deputado Maximiano Pereira Correia, não querendo tirar mérito aos professores, realçou a introdução de novos critérios socioculturais na análise do ranking acima referido. O presidente da Assembleia informou que a mesa habitualmente tem absoluta compreensão para com as datas sugeridas pela presidência da Câmara, o que mais uma vez aconteceu. Este passou ao ponto dois dando a palavra ao senhor presidente da Câmara. O senhor presidente da Câmara informou que a reunião foi reagendada por um motivo que ficou pendente na reunião de Câmara e que tinha de ficar resolvido até dia trinta e um de Dezembro. Este referiu ainda o sucesso das Festas de Santo André salientando que estas tiveram os mais baixos custos dos últimos anos para os cofres do Município. Este passou a apresentar a informação escrita disponibilizada em relação ao relatório financeiro salientando que o ano de 2012 será irrepitível, pois reduziu-se a dívida em cerca de quatrocentos mil euros e fez-se um investimento de mais de três milhões de euros no

Concelho. Seguiu-se o deputado Maximiano Pereira Correia, afirmando, no que diz respeito a data da reunião, que estas situações podem ser evitadas se forem tratadas atempadamente. O senhor deputado Júlio da Fonseca Esteves usou da palavra congratulando o executivo pela diminuição da dívida, pois no início do mandato esta era de dez milhões de euros e actualmente é de nove milhões. Mas, voltou a fazer um reparo realçando não aceitar a diferença entre as receitas correntes e despesas correntes, considerando esta situação ilegal. Este terminou lamentando não haver mais investimento pois existe um *superavit* entre receitas e despesas, de cerca de quatrocentos mil euros. -----

Passando ao ponto três da ordem de trabalhos usou da palavra o senhor presidente da Câmara afirmando que à semelhança de outros Concelhos, com menos de dez mil habitantes, têm de passar de três para duas Divisões de Serviços Municipais e que esta proposta foi aprovada por unanimidade na reunião de Câmara Municipal. Foram levantadas algumas dúvidas em relação a esta proposta por parte do senhor deputado Maximiano Pereira Correia e do senhor deputado Júlio da Fonseca Esteves no que diz respeito à reorganização da estrutura e à incoerência de linguagem do documento, dúvidas essas esclarecidas pelo doutor Pedro Mota e Costa, responsável pela elaboração do documento. O senhor presidente da assembleia pôs a votação a proposta que foi aprovada com onze votos a favor e dez abstenções. -----

No ponto quatro teve a palavra o senhor presidente da Câmara que referiu ter pouco a acrescentar pois trata-se de uma obrigatoriedade de acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro do Município e colocou-se à disposição para esclarecer qualquer dúvida. -----

O senhor presidente da Assembleia passou ao ponto cinco, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, o qual não quis fazer qualquer comentário.-----

No ponto seis o senhor Presidente da Câmara fez questão de referir que os documentos previsionais foram feitos com o maior rigor possível. Este plano teve o cuidado de ir de encontro às necessidades de todas as Freguesias, reforçando o apoio social, transporte escolar, apoio a alunos universitários, apoio à habitação social e ainda contemplando um desconto de vinte por cento nas taxas de IMI. Além disto, visa ainda a construção do parque de estacionamento do cemitério, as obras do polidesportivo de Barqueiros, a conclusão da ETAR de Oliveira, estrada das Derruídas, conclusão da biblioteca Municipal e do mercado Municipal, conclusão do saneamento em Cidadelhe, colocação de tapete na estrada de Vila Cova e estrada para a Gafaria, construção da capela mortuária na Vila. Concluiu afirmando que não vai haver aumento das taxas de água e saneamento pelo

terceiro ano consecutivo. O senhor deputado Eduardo Pereira Carvalho Sampaio interveio dizendo que iria votar contra por não ter em sua posse, atempadamente, qualquer documento. O senhor deputado Maximiano Pereira Correia deu conhecimento da orientação de voto da sua bancada para as várias propostas. O senhor deputado Carlos Manuel Pombo Soares Silva usou da palavra referindo o regimento em que a mesa não é obrigada a enviar a todos os deputados os documentos previsionais, mas sim apenas a cada líder da bancada. Acrescentou ainda o equilíbrio das contas, mesmo em ano de eleições, o que não acontecia no passado. O senhor deputado Júlio da Fonseca Esteves congratulou-se pelo facto de se estar a fazer orçamentos reais. Este questionou o senhor presidente sobre o facto das receitas correntes estarem aumentadas e as receitas de capital estarem sempre inflacionadas. Quanto às despesas, notou um aumento das despesas com pessoal e em bens e serviços. O senhor presidente da Câmara congratulou-se por estarem também de acordo com este orçamento. No entanto esclareceu que ainda havia um longo caminho a percorrer em dois mil e treze, pois ainda existem dívidas do passado. Neste sentido, como o Estado deve dinheiro ao Município, o qual servirá para pagar dívidas em atraso, as receitas de capital encontram-se aumentadas. Este terminou referindo que o orçamento é previsional, pois surgem sempre despesas inesperadas e por isso não pode ser totalmente rigoroso. O senhor presidente da Assembleia pôs a votação o ponto seis alínea a), Grandes Opções do Plano (PPI e PAM), que foi aprovado por maioria, com onze votos a favor (dez do PS e um do PSD) e nove abstenções e um voto contra do PSD. Relativamente à alínea b), Orçamento dois mil e treze, foi aprovado por maioria, com onze votos a favor (dez do PS e um do PSD) e nove abstenções e um voto contra do PSD. A alínea c), Empréstimo de curto prazo, foi aprovado por unanimidade. No que diz respeito à alínea d), Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal foi aprovada por unanimidade. A alínea e), Actualização de taxas e licenças, artigo cinco do regulamento de liquidação e cobrança de taxas Municipais, foi aprovada por maioria com dez votos a favor do PS e dez abstenções e um voto contra do PSD. A alínea f), Mapa de Pessoal, foi aprovado por maioria, com onze votos a favor (dez do PS e um do PSD) e nove abstenções e um voto contra do PSD. -----

O ponto sete, aberto o debate ao público, inscrevendo-se o senhor Afonso Monteiro Fonseca que expressou algumas inquietações suas. -----

Lida a ata em minuta foi questionado pelo senhor deputado Maximiano Pereira Correia o facto de não constarem os nomes dos deputados em cada votação, o que foi contestado pala senhora deputada Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves e pelo senhor deputado

Carlos Manuel Pombo Soares Silva, que afirmou que para o efeito deveria ser feita uma declaração de voto. Posta a votação foi aprovada por unanimidade. -----
Nada mais a tratar foi encerrado a sessão.-----

Presidente:

1º Secretário:

2º Secretário: